

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XV
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 O Instituto da Arbitragem e o Acesso à Justiça</b> .....	5
1.1 Histórico da arbitragem na legislação brasileira .....	5
1.1.1 A arbitragem na legislação brasileira.....	5
1.1.2 A declaração de constitucionalidade da Lei nº 9.307.....	9
1.2 Arbitragem e inafastabilidade da jurisdição estatal .....	15
1.2.1 O Sistema Multiportas: a relação entre inafastabilidade da jurisdição estatal, acesso à justiça e arbitragem.....	15
1.2.2 Autonomia privada como fator de legitimação do afastamento da jurisdição estatal .....	18
1.2.3 A arbitragem e o afastamento pontual da atuação do Poder Judiciário.....	20
1.3. Arbitragem como jurisdição: limites e efeitos .....	26
1.3.1 Natureza jurisdicional da arbitragem.....	28
1.3.2 Funções inerentes à atividade jurisdicional .....	32
1.3.3 Limites à função jurisdicional do árbitro .....	35
1.3.3.1 Ausência de poder de império.....	35
1.3.3.2 Ordem pública, bons costumes e direitos fundamentais.....	42
1.4 Influxos recíprocos do processo civil pátrio no sistema arbitral .....	45

<b>2 Análise da Tutela Provisória em Litígios Submetidos à Arbitragem</b> .....	51
2.1 Tutela provisória no âmbito da arbitragem: panorama antes e depois da Reforma pela Lei nº 13.129/15 .....	51
2.1.1 O cenário anterior à Lei nº 13.129/15.....	51
2.1.2 A mudança de paradigma implementada pela Lei nº 13.129/15 .....	55
2.2 Tutela provisória de urgência e de evidência .....	58
2.2.1 Tutela provisória de urgência cautelar <i>versus</i> antecipada .....	60
2.2.2 Tutela de evidência.....	67
2.3 Espaço de atuação do Estado-Juiz para concessão de tutelas provisórias.....	73
2.3.1 Antes da instauração do painel arbitral.....	73
2.3.1.1 Árbitro de emergência ou apoio.....	76
2.3.1.2 Instauração do tribunal arbitral no curso de tutela requerida ao Poder Judiciário.....	83
2.3.1.3 Ausência de instauração da arbitragem no prazo legal e suas consequências .....	91
2.3.2 Depois da instauração do painel arbitral .....	95
2.3.2.1 Exclusão convencional do poder de cautela do árbitro.....	96
2.3.2.2 Existência de obstáculo que impeça o acesso à tutela emergencial efetiva no juízo arbitral competente .....	103
2.3.3 A compatibilização procedimental e a (im)possibilidade de estabilização da tutela antecipada antecedente concedida pelo Poder Judiciário.....	109
2.4 Requisitos autorizadores da tutela provisória de urgência nos litígios submetidos à arbitragem .....	113

2.4.1 Fumus boni iuris atrelado à convenção de arbitragem .....	113
2.4.2 Periculum in mora à luz da prevalência da integral resolução da lide pelo juízo arbitral .....	117
2.4.2.1 Possibilidade de instituição de juízo arbitral a tempo e ausência de emergência fabricada .....	120
2.4.2.2 Alto custo para financiar a instauração e o trâmite do processo arbitral .....	121
<b>3 Controle Judicial das Tutelas Provisórias Deferidas pelo Juízo Arbitral .....</b>	<b>131</b>
3.1 Instrumentos processuais a possibilitar a intervenção do Poder Judiciário nas tutelas provisórias arbitrais .....	134
3.1.1 Controle pela via da carta arbitral .....	135
3.1.2 Cumprimento judicial da decisão concessiva de tutela provisória pelo árbitro .....	142
3.1.2.1 Meios de defesa: exceção de pré-executividade e impugnação ao cumprimento de decisão arbitral .....	145
3.1.3 Ação para desconstituir/reformar judicialmente a decisão em sede de tutela provisória pelo árbitro .....	147
3.2 Espaço de controle pelo Poder Judiciário da decisão do árbitro em sede de tutela provisória .....	156
3.2.1 As hipóteses que ensejam ação anulatória e a ordem pública processual .....	157
3.2.2 A ordem pública e o paralelo com a homologação de sentença estrangeira .....	166
3.2.3 O controle na via do cumprimento provisório judicial da decisão arbitral .....	174
<b>Conclusão .....</b>	<b>179</b>
<b>Referências .....</b>	<b>183</b>